

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 08.222.510/0001-15  
Belo Horizonte - MG

# Cemig Baguari Energia S. A.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014 (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

Senhores Acionistas,

Estamos apresentando, de acordo com a determinação legal, as Demonstrações Financeiras da Cemig Baguari Energia S.A. ("Companhia" ou "Cemig Baguari") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$1.000, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG").

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Baguari é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais Autoridades federais, estaduais, municipais e à Diretoria.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em Reais)

ATIVO	Nota	2014		2013	
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	10.786	6.460		
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>10.786</b>	<b>6.460</b>		
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>10.786</b>	<b>6.460</b>		

PASSIVO	Nota	2014		2013	
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedor	4	20.816	1.788		
Impostos, Taxas e Contribuições		399	373		
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>21.215</b>	<b>2.161</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Recursos Destinados a Aumento de Capital		10.000	–		
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>10.000</b>	<b>–</b>		
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>31.215</b>	<b>2.161</b>		
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>					
Capital Social	8	1.000	1.000		
Prejuízos Acumulados		(154.650)	(129.922)		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		133.221	133.221		
<b>TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO</b>		<b>(20.429)</b>	<b>4.299</b>		
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>10.786</b>	<b>6.460</b>		

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em Reais)

SALDOS EM 31 DE	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital		Total
<b>DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>1.000</b>	<b>(117.064)</b>	<b>133.221</b>		<b>17.157</b>
Prejuízo do exercício	–	(12.858)	–	–	(12.858)
<b>DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>1.000</b>	<b>(129.922)</b>	<b>133.221</b>		<b>4.299</b>
Prejuízo do exercício	–	(24.728)	–	–	(24.728)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>1.000</b>	<b>(154.650)</b>	<b>133.221</b>		<b>(20.429)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2014		2013	
Prejuízo do Exercício		(24.728)		(12.858)
(Redução) Aumento de Passivos				
Fornecedores		19.028		(111)
Impostos, Taxas e Contribuições Sociais		26		102
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(5.674)</b>		<b>(12.867)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		10.000		–
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>10.000</b>		<b>–</b>
<b>REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>4.326</b>		<b>(12.867)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
No início do exercício		6.460		19.327
No fim do exercício		10.786		6.460
		<b>4.326</b>		<b>(12.867)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em Reais)

DESPESAS OPERACIONAIS	Nota	2014		2013	
Serviços de Terceiros	5	(21.753)	(9.695)		
Outros		(2.888)	(3.068)		
<b>Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(24.641)</b>	<b>(12.763)</b>		
Despesas Financeiras	6	(87)	(95)		
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(24.728)</b>	<b>(12.858)</b>		
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - RS</b>		<b>(24.728)</b>	<b>(12.858)</b>		

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em Reais)

RESULTADO DO EXERCÍCIO	2014		2013	
		(24.728)		(12.858)
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>–</b>		<b>–</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>(24.728)</b>		<b>(12.858)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Baguari Energia S.A. ("Companhia" ou "Cemig Baguari"), sociedade de propósito específico – SPE, de capital fechado foi constituída em 11 de julho de 2006 pela Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT" ou "Controladora"), na forma de subsidiária integral, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar ala B1, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.

A Companhia vem incorrendo em prejuízos operacionais e conta com o suporte de recursos de sua controladora. Estas Demonstrações Financeiras foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$10.429. Foram programados aportes de recursos para o ano de 2015 pela Controladora.

A Companhia não teve operação nos anos de 2014 e 2013.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

##### 2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Em 24 de abril de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

##### 2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

##### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

##### 2.4. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 com possíveis impactos para a Companhia

**ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos** – orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

**CPC 01 / IAS 36 - Impairment de ativos** – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiraram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa. Adicionalmente, esses ajustes introduziram divulgações adicionais aplicáveis para quando o valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação. Esses novos requerimentos de divulgação incluem a hierarquia do valor justo, as premissas chave e técnicas de valorização utilizadas, que estão em linha com as divulgações requeridas pela IFRS 13/CPC 46- Mensuração do Valor Justo.

**Alterações ao IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos** - Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente".

**Orientação Técnica OCPC 07 e Deliberação CVM 727** – evidenciam na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Esta orientação trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciam a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Visa esclarecer e reforçar que, nas Demonstrações Financeiras e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas apenas informações relevantes que auxiliem os usuários, considerando as normatizações já existentes, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo CPC deixem de ser atendidos.

#### Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros** - A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" para alguns instrumentos de dívida simples.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumento ou decréscimo contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

Na data destas Demonstrações Financeiras não são esperados impactos relevantes na adoção destes pronunciamentos.

#### 2.5. Principais Práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

##### a) Instrumentos financeiros

**Ativos financeiros não derivativos** – A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento

dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

**Empréstimos e Recebíveis** – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem saldos de caixa e equivalente de caixa.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Passivos financeiros não derivativos** – são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem como passivo financeiro não derivativo o saldo de fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**Capital Social** – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são reconhecidos como passivo.

##### b) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

##### c) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

##### d) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

#### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são compostos por depósitos bancários à vista.

#### 4. FORNECEDORES

	2014	2013
Materiais e Serviços	20.816	1.788
	<b>20.816</b>	<b>1.788</b>

#### 5. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Serviços de Terceiros (a)	21.753	9.695
Outros	2.888	3.068
<b>TOTAL</b>	<b>24.641</b>	<b>12.763</b>